



Boletim 240 WRM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Outubro 2018

Territórios ameaçados: resistindo à investida extrativista



Plantações da Agropalma, Brasil. Foto: Repórter Brasil

Nossa Opinião: Esquemas de certificação incentivam a concentração de terras, violência e destruição. FSC e RSPO parceiros no crime?.....	2
A questão fundiária da Jari Florestal e da Agropalma na Amazônia brasileira.....	4
Nigéria: as plantações de dendezeiros da Okomu causam sérios problemas às mulheres que moram nas proximidades.....	9
As promessas enganosas da Dekel Oil levam as pessoas a assinar contratos perigosos para cultivar dendê na Costa do Marfim.....	14
Equador: povos, comunidades e a natureza diante do dendê	18
Gabão: Plantações industriais de dendezeiros da OLAM privam comunidade de Sanga de acesso a água potável	22
O rompimento da barragem de Xe-Pian Xe-Namnoy na República Democrática Popular do Laos: A região do Mekong aprenderá com isso?	25

ALERTAS DE AÇÃO

Novo passo rumo a um Tratado Vinculante sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos	28
Justiça ordena que a empresa chilena Arauco devolva terra à comunidade Mapuche	29
Carta do Coletivo de Mulheres afetadas pela monocultura do dendê do Gabão à FAO	29
Assine a declaração: “RSPO: fracasso na eliminação da violência e da destruição do setor industrial de óleo de dendê”	29

RECOMENDADOS

Novo documentário: “A exploração das florestas primárias: um selo ecológico pode parar a indústria florestal?”	30
Mais próximos de uma declaração da ONU em defesa dos direitos de camponesas e camponeses	30

Territórios ameaçados: resistindo à investida extrativista

Nossa Opinião

Esquemas de certificação incentivam a concentração de terras, violência e destruição



Gabão: Violência em uma plantação de OLAM
Foto: Muyissi Environnement

A RSPO foi criada há 14 anos e o FSC, há 25. O que esses dois esquemas de certificação para plantações de árvores têm em comum é que geraram inicialmente muita expectativa, prometendo uma verdadeira transformação: mitigariam os impactos negativos das plantações de monoculturas em larga escala, de tal forma que as mesmas pudessem gerar um saldo positivo para as comunidades locais, a economia local e o meio ambiente. Mas, podemos concluir que o que a RSPO e o FSC também têm em comum é que não irão cumprir essas expectativas.

Numa carta aberta à RSPO (sigla em inglês para Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável) por ocasião da sua 16ª assembleia em novembro de 2018 um grupo de organizações alertam que a prometida transformação não ocorreu, muito ao contrário. Ainda é possível assinar a carta [aqui](#). A carta afirma que: “A promessa de “transformação” da RSPO resultou em uma poderosa ferramenta de maquiagem verde para as grandes empresas do setor de óleo de dendê. A RSPO empresta uma imagem “sustentável” a esse setor, que continua sendo responsável por violenta concentração de terras, destruição ambiental, poluição pelo uso excessivo de agrotóxicos e destruição dos meios de subsistência de agricultores e indígenas.”

Nesta edição do boletim do WRM, quase todos os artigos falam de plantações de árvores, que incluem as plantações de dendê, inclusive alguns sobre os acima mencionados selos de certificação e como de fato beneficiam as empresas em detrimento de comunidades.

O artigo do Brasil, por exemplo, mostra como grandes empresas na Amazônia usam e abusam dos selos da RSPO e do FSC (sigla em inglês para Conselho de Manejo Florestal) para legitimar suas práticas ilegais. No Brasil, é recorrente a prática usada por latifundiários de produzir documentos de terra falsos, a chamada grilagem de terras. A RSPO e o FSC elaboraram princípios que exigem, para certificar um manejo como responsável, que este seja feito em terras com títulos legalmente obtidos. No entanto, no caso da empresa certificada Agropalma, que planta palma de dendê, a RSPO deu credibilidade a uma documentação de terras que há anos é objeto de investigações e ações judiciais movidas por autoridades competentes brasileiras contra a empresa.

Ainda no Brasil, no caso da madeireira Jari Florestal, certificada pelo FSC, o selo também deu credibilidade a uma documentação ilegal, e tem ignorado ações judiciais em curso desde 2005. Mesmo que a certificadora tenha proposto, desde o momento que concedeu o selo à empresa, um processo para solucionar os graves conflitos de terra com comunidades locais, esses conflitos continuam até o momento sem solução. O mais grave é que, em todos os anos em que a empresa desfrutou do selo, de 2004 até 2017, ela conseguiu vantagem nos mercados internacionais em relação à madeira não-certificada, o que a fez enriquecer ainda mais. Este é de fato o saldo que resultou do FSC.

Em outro artigo mostramos como, em Gabão, a OLAM, uma empresa certificada pela RSPO, privou uma comunidade inteira de um direito que está entre os mais essenciais: o acesso a água potável. Vale citar também que, a empresa buscou recentemente, sem sucesso, controlar e interferir em um encontro de comunidades que queriam se reunir apenas com apoiadores para discutir os problemas que enfrentam com as plantações da OLAM. As comunidades querem e de fato têm todo o direito de poder discutir e intercambiar livremente sobre esses problemas! No encontro, analisaram que a OLAM, ao criar comitês para discutir supostos benefícios que ela implementaria em cada comunidade, tenta na verdade impedir um diálogo coletivo entre todas as comunidades sobre aquilo que mais preocupa a elas: a expansão desenfreada das plantações de palma de dendê sobre terras e florestas das quais as comunidades dependem. Este processo de expansão está gerando um conjunto de impactos negativos que coloca em risco a sobrevivência física e cultural dessas comunidades.

O que acontece em Gabão acontece em outros países também, como mostram outros artigos neste boletim. No entanto a FSC e a RSPO não faz nada para impedir a expansão das plantações, promovidas diariamente por seus membros, ao contrário, é conivente com as mesmas.

O que fazer para além da certificação? Comunidades mostram caminhos da esperança e traçam estratégias de resistência. No artigo da Nigéria, lemos que no país há uma forte cultura do dendezeiro nativo, que contribui de forma significativa para a construção da identidade cultural e do bem-estar econômico de milhares de comunidades rurais. No entanto, elas também sofrem com a expansão da monocultura industrial do dendezeiro, promovida por exemplo pela empresa Okomu, propriedade do Grupo Socfin, que é membro da RSPO. Em uma entrevista, uma das mulheres das comunidades que enfrentam a empresa relata a violência severa que as comunidades e as mulheres em particular sofrem, mas não só isso. Ela também faz questão de contar como começou a resistência por parte das comunidades, quando alguém disse, 15 anos atrás, em uma situação que parecia ser de total desespero: “Vamos lutar esta batalha para as futuras gerações”.

De fato, é o futuro que está em jogo. Com a expansão que a RSPO e o FSC promovem das plantações supostamente “sustentáveis” em vários países e continentes, a liberdade de milhares de comunidades de usar seus territórios e a capacidade para manter e fortalecer seus meios de vida estão gravemente ameaçadas. Para reverter isso, é crucial enfraquecer também selos de certificação como o FSC e a RSPO. Aqueles que têm influência sobre os selos, por exemplo, as indústrias que compram óleo de dendê e os consumidores finais dos produtos com ingredientes certificados, deveriam se recusar a continuar comprando os mesmos.

Enquanto isso, a resistência das comunidades continuará e sem dúvida aumentará na medida que as plantações avançam sobre mais terras e florestas. É nosso papel fazer de tudo para que o grito dessas comunidades seja cada vez mais forte.

FSC e RSPO parceiros no crime? A questão fundiária da Jari Florestal e da Agropalma na Amazônia brasileira



Jari Florestal. Foto: Tarcísio Feitosa

Há anos o WRM vem alertando que muitas plantações de monocultivos certificadas no Brasil estão sobre terras com títulos obtidos de forma fraudulenta. Este artigo traz o caso de duas empresas que atuam na região Amazônica - a Agropalma e a Jari Florestal. Ambas obtiveram selos de certificação para suas plantações apesar de responderem na Justiça a processos judiciais pelo crime de terem fraudado títulos de terras. No caso da Agropalma, a certificadora foi a RSPO e, no caso da Jari Florestal, o FSC. (1)

A história do Brasil é marcada por expulsões violentas e em massa de comunidades indígenas, tradicionais e camponesas das suas terras. Para se tornarem “proprietários” das terras desses povos, é prática recorrente por parte de latifundiários a produção de documentos falsos: a chamada grilagem de terras. (2) A prática da grilagem corroborou para que o Brasil fosse considerado hoje um dos países com a distribuição de terras mais desigual do planeta.

Ao atribuir os selos, as certificadoras tornam-se cúmplices desse processo de expropriação e violência, imprimindo um atestado de legalidade à situação fundiária das empresas.

O caso da Agropalma

A Agropalma é uma das principais empresas no Brasil de plantações de monocultura de dendê, que chegam a ocupar cercar de 39 mil hectares, no estado do Pará. Segundo consta no seu site na internet, a empresa possui vários selos de certificação, “fundamentais para manter a sua credibilidade [da empresa] no mercado”. (3) Dentre eles, está o da RSPO, obtido em 2013 e que abrange toda a área plantada da Agropalma. (4)

A Agropalma também participa de uma parceria chamada Grupo Inovador da Indústria de Óleo de Palma, criada em conjunto com ONGs como WWF, Greenpeace e Forest Peoples Programme (FPP) “para intensificar e melhorar os princípios e critérios da Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável (RSPO)”. (5)

No entanto, desde 2016, a Polícia Federal no estado do Pará investiga a Agropalma pela suposta existência de um esquema criminoso. Documentos falsos teriam sido produzidos e usados por funcionários da empresa para a regularização das terras junto a órgãos públicos, e possível acesso a recursos oriundos de financiamento público em detrimento dos moradores que ali viviam.

Em março de 2018, foram cumpridos mandados de prisão temporária de quatro pessoas diretamente envolvidas no esquema, inclusive um funcionário da Agropalma, e de busca e apreensão de materiais da empresa. Segundo afirma o delegado responsável pela investigação: “Indícios apontam para que sejam casos de grilagem (...). A Agropalma é a real beneficiária de todo o esquema criminoso”. Ele afirma ainda que “(...). Eles vinham até um cartório em Belém [capital do Pará], faziam uma escritura falsa, toda uma cadeia dominial falsa, terminando sempre na empresa, como se a terra depois de todas essas vindas fosse por último vendida para a empresa. Depois voltavam ao município em questão e restauravam livros que supostamente estariam extraviados.” (6)

Segundo a investigação, uma portaria do Tribunal de Justiça do Pará autoriza que um livro de escrituras extraviado possa ser restaurado caso o interessado tenha um indício documental. Usando desse artifício, a Agropalma estaria fazendo esse restauro com base em documentos falsos, colocando as terras em nome da empresa e aumentando o tamanho delas. Em seguida, dava seguimento ao processo de regularização fundiária em órgãos públicos.

Em agosto de 2018, o Ministério Público do Estado do Pará ajuizou uma Ação Civil Pública na qual requer, entre outras providências, a nulidade e o cancelamento de registros imobiliários referentes a duas fazendas, Roda de Fogo e Castanheira, as quais somariam mais de 9.501 hectares equivalendo ao tamanho de quase 9 mil campos de futebol. Ambas teriam sido adquiridas pela Agropalma por meio de registros falsos, realizados num cartório fictício da cidade, e em tramitação no Instituto de Terras do Pará (Iterpa). (7)

O caso da Jari Florestal

Em 1967, o bilionário norte americano Daniel Ludwig pagou à ditadura militar brasileira 3 milhões de dólares para ter controle sobre nada menos do que 1,6 milhão de hectares de florestas no norte do país, numa região chamada de Vale do Jari, entre os estados do Pará e do Amapá.

O empreendimento dele iniciou um grande desmatamento para implementar a monocultura de uma árvore exótica da Indonésia, a *Gmelina arbórea*, para fins de produção de celulose. Com financiamento público do Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES), Ludwig encomendou uma fábrica de celulose que foi trazida do Japão pelo mar.

O empreendimento atraiu milhares de pessoas para a região. O núcleo urbano de Monte Dourado, no município de Almeirim no Pará, tornou-se centro do projeto. Depois de ter plantado 64 mil hectares de Gmelina, o empreendimento partiu para plantações de pinus, devido ao ataque de fungos e, mais tarde, para o plantio de eucalipto. Em 1982, devido à grave crise financeira em que o empreendimento se encontrava e às crescentes críticas sobre o apoio dos militares ao empresário estrangeiro, Ludwig vendeu sua empresa a um consórcio de 23 empresas brasileiras. A compra foi viabilizada com dinheiro público. (8)

Em 2000, o empreendimento começou a ser controlada pelo grupo ORSA, que criou em 2003 a ORSA Florestal para se dedicar à atividade madeireira. Já em 2004, a então ORSA Florestal conseguiu o selo FSC, através da empresa certificadora SCS, para o manejo florestal em uma área de 545 mil hectares. Na época, a empresa também conseguiu o selo FSC para as plantações de árvores para celulose. (9)

Em 2013, o empreendimento começou a se chamar Grupo Jari e a ORSA Florestal se tornou a Jari Florestal. (10) Em 2014, o manejo florestal da empresa, agora Jari Florestal, foi recertificada para uma área total de 715.665 hectares, sendo 666.100 hectares para fazer o corte de madeira com uma taxa de colheita prevista de 30m³/ha/ano, destinada principalmente para a exportação. (11) No seu relatório de 2014, a SCS afirma que “a empresa possui documentação legal de propriedade das terras sob escopo de certificação, de fé pública, tanto para as áreas no estado do Pará, quanto no estado do Amapá”, em nome da empresa Jari Celulose, pertencente ao Grupo Jari.

A SCS afirma ainda que “a legitimidade dessa documentação foi verificada através de consultas aos órgãos competentes”. Mesmo assim, a SCS admite que, já na sua primeira avaliação de certificação em 2003/2004, ela tinha identificado o problema da falta de regularização fundiária das comunidades que moram na área da Jari. Na época, ela demandou da empresa que fizesse um plano para realizar essa regularização dos moradores com direito de posse, mas que houve uma série de problemas entre 2004 e 2013 que dificultaram a implementação do plano. Insistindo na afirmação de que “a empresa possui a documentação legal e legítima”, a SCS alega que os problemas foram causados por supostos “invasores” nas terras da empresa e que, por isso, a Jari teria movido processos judiciais de reintegração de posse contra essas pessoas.

A SCS coloca a Jari como vítima no imbróglio fundiário. Ela sugere que a empresa não tem qualquer responsabilidade sobre os problemas fundiários existentes quando alega que a “Jari Florestal não pode ser culpada, muito menos punida pelos acertos e erros no passado do ‘Projeto Jari’”. E que, “se cumpre os padrões FSC, ela está sim qualificada para ter e manter a certificação, como fez ao longo desses 9 anos”. (12)

Talvez seja por isso que a SCS ignorou no seu relatório por completo dois processos judiciais que já estavam em andamento e que contradizem suas afirmações sobre a suposta legalidade da documentação de terras da Jari Florestal.

O primeiro é uma ação de 2005, movida pelo governo de estado do Pará, e que pede que seja declarado que a Jari Florestal não é proprietária das terras que ela busca legitimar junto ao

Instituto de Terras do Pará. (13) Na ação, o procurador do estado do Pará questiona a suposta propriedade do grupo Jari sobre a gleba que era no passado a Fazenda Saracura, na época uma área de 2,6 milhões de hectares. Segundo afirma um estudo histórico, “as circunstâncias nas quais [o suposto dono por volta de 1882] obteve essas áreas são rodeadas de relatos de fraudes eleitorais e nos cartórios da região, dando início a uma complicada situação fundiária até hoje sem solução”. (14) Por isso, a corregedoria do Tribunal de Justiça do estado de Pará promoveu o cancelamento das matrículas, transcrições, registros e averbações constantes sobre o imóvel [fazenda Saracura], “(...) a fim de evitar a legitimação daquilo que a Jari fez transformando a Fazenda ‘num passe de mágica’ em propriedade”, como afirma o procurador na ação de 2005.

A segunda ação data de 2011 e tramita na Justiça Federal do Pará em base de denúncia do Ministério Público Federal contra o diretor do Grupo Jari. Ele teria praticado o crime de falsidade ideológica na apresentação de documentos fundiários para conseguir a autorização de exploração de madeira nativa. Este plano de manejo florestal do Grupo Jari foi apresentado para o órgão federal ambiental IBAMA em 2001 para conseguir naquele momento a autorização para começar o corte de madeira. O Ministério Público Federal foi acionado em 2005 a partir de suspeitas do IBAMA de fraude nos documentos fundiários. (15)

Desde 2017, a certificação FSC da Jari Florestal encontra-se suspensa, mas não pela questão fundiária. (16) A decisão foi tomada pela SCS com base em uma auditoria especial realizada em 2015 depois que uma operação do IBAMA multou a Jari Florestal em 6 milhões de reais por irregularidades no manejo florestal, que apontou para a comercialização ilegal de madeira. Por falta de cooperação da empresa na investigação da certificadora, a SCS decidiu pela suspensão do selo. (17)

Segundo notícias veiculadas na imprensa na época, foram também “queixas trabalhistas e (...) violência contra as comunidades tradicionais” que teriam pesado na decisão (18). No último relatório da SCS disponibilizado no site do FSC, ela informa que a suspensão foi mantida. Uma vez que as irregularidades teriam acontecido fora da área certificada pelo FSC, a SCS sugere que cabe ao FSC Internacional a decisão se ela mantém ou não a Jari Florestal como filiado do FSC. (19) Até o momento, a Jari continua membro do FSC.

Considerações finais

Uma tática para empresas conseguirem camuflar ilegalidades é buscar mecanismos que possam atestar a legalidade das suas práticas. O FSC e a RSPO parecem se encaixar nesta lógica, ainda mais quando certificadoras acabam prestando um grande serviço à empresa ao atestar a legalidade de seus documentos fundiários enquanto ignoram por completo denúncias das comunidades e o trabalho de anos de investigações e ações judiciais movidas pelas autoridades competentes. O Ministério Público Estadual do Pará, sinalizando que tem consciência dessa tática, incluiu na ação que ajuizou contra a Agropalma que a empresa deverá se eximir de ostentar em suas peças de publicidade o Certificado “8-0090-08-100-00” conferido pela RSPO, considerando as irregularidades. (20)

No caso da Jari Florestal, a empresa encontrou também na certificação, no caso do FSC, uma aliada estratégica. O caos ambiental e social que o empreendimento gerou na região deveria evitar que ela conseguisse qualquer selo de sustentabilidade que pudesse lhe dar maior importância econômica e credibilidade nos mercados consumidores da madeira. Nada disso aconteceu. Ela não só conseguiu o selo como encontrou na certificadora uma aliada para “resolver” seus graves problemas fundiários. Enquanto estes problemas ficaram sem solução, a

empresa munida do selo conseguiu vender sua madeira como certificada em mercados internacionais entre 2004 e 2015 até a operação do IBAMA, que desencadeou na suspensão do selo. Mesmo assim, o FSC mantém Jari Florestal entre seus filiados.

Praticamente ignorado pela certificadora do FSC, um grupo de várias comunidades tradicionais está empenhado há anos, apesar das pressões que vem sofrendo, a mover uma luta pela recuperação de suas terras, não como lotes individuais, mas como territórios coletivos reconhecidos pelos órgãos oficiais. Buscar a titulação coletiva tem sido a principal estratégia encontrada por comunidades tradicionais em todo o país para lutar por justiça e reparação de violações históricas, para conseguir resistir ao avanço do latifúndio a pleno vapor no Brasil e garantir sua sobrevivência futura, tanto física como sociocultural.

Vale acrescentar, por fim, que a Jari Florestal tem se envolvido também em um projeto REDD+ desde 2010, junto à empresa Biofílica, como mais uma forma de lucrar. REDD+ é um mecanismo de pagamentos por redução de desmatamento. De forma conveniente, a linha de base para o projeto REDD+ do grupo Jari foi estabelecida entre 2000 a 2010, excluindo uma história do empreendimento de desmatamento em larga escala, sem falar da degradação florestal nos últimos 15 anos pela extração de madeira. A Jari já ganhou dinheiro com o projeto REDD, vendendo 200 mil créditos de carbono. O que chama a atenção é que, também na área do projeto REDD+, membros de comunidades têm colocado a mesma reivindicação da regularização de seu território. Sem causar surpresa, também o projeto resultou em mais uma certificação para a Jari Florestal em 2013, neste caso pelo sistema de certificação chamado VCS - Padrão de Carbono Verificado - para projetos do tipo REDD+. (21) Esta certificação continua com sua validação aprovada na base de dados da VCS. (22)

Winnie Overbeek

Secretariado Internacional do WRM

- (1) O sistema de certificação FSC – Conselho de Manejo Florestal - é para manejo de florestas e plantações de monoculturas de árvores, o da RSPO - a Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável (RSPO, por sua sigla na inglês) - são para plantações de monocultura do dendê. Veja mais informação aqui: <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/plantacoes-de-arvores/certificacao/>
- (2) A grilagem de terra tem como objetivo transferir terras públicas para domínio privado utilizando documentos públicos de posse ou propriedades falsificados (TRECCANI, 2001), essa ação contém um conjunto de crimes associados como peculato, organização criminosa, improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. Na maioria dos casos a grilagem está associada a atos de violência, pois as terras em questão estão ocupadas por povos e comunidades tradicionais ou agricultores familiares (SIDALC, BDAGBAMB), que são expulsos por ordem judicial ou por milícias armadas. (TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. UFPA, ITERPA, 2001; e SIDALC, BDAGBAMB. Título: O livro branco da grilagem de terras no Brasil. P. imprensa: Brasília, DF (Brazil), nd. 41 p.)
- (3) www.agropalma.com.br
- (4) <https://rspo.secure.force.com/membership/servlet/servlet.FileDownload?retURL=%2Fmembership%2Fapex%2FRSPOCertSearch&file=00P9000001KQ4JEEA1>
- (5) <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/sec01/brasil-discurso-da-inovacao-contrasta-com-a-realidade-da-vida-em-condicoes-analogas-a-escravidao-de-trabalhadores-empregados-por-um-dos-fornecedores-da-agropalma/>.
- (6) <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/operacao-da-pf-investiga-fraudes-em-documentos-de-regularizacao-fundiaria-no-para.ghtml>
- (7) <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/index.php?action=Noticia.show&id=1697&oOrgao=94>
- (8) https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/04/Pulping_the_South.pdf e <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-jari>
- (9) http://www.inesgodinho.com.br/pdfs/RS_Orsa_2010.pdf
- (10) O Grupo Jari é ademais composto pela Jari Celulose, que maneja as plantações na maioria de eucaliptos para celulose; a Ouro Verde Amazônia, focado em produtos não madeireiros; e a Fundação Jari, focado em realizar projetos sociais nas comunidades para mitigação de impactos negativos da empresa. <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-jari>

- (11) <https://br.fsc.org/preview.fmpubjariflorestal071614port.a-611.pdf>
- (12) Ibid
- (13) Ação declaratória de inexistência de domínio e impossibilidade reconhecimento de domínio fora da via administrativa, com pedido de liminar. Belém, 21/09/2005. Ibraím José das Mercês Roch, procurador do Estado do Pará Coordenador da Procuradoria Fundiária, distribuída por conexão ao processo 2004100356-1
- (14) FOLHES, Ricardo; CAMARGO, Maria Luiza. LATIFÚNDIO. Conflito e desenvolvimento no Vale do Jari: do aviamento ao capitalismo verde. Agrária (São Paulo. Online), n. 18, p. 114-140, 2013.
- (15) Inquérito Policial (Polícia Federal de Santarém: Número: 192/2004-DPF/SNM/PA e Processo na Vara Federal de Santarém: No. 423-06.2012.4.01.3902.
- (16) <https://info.fsc.org/details.php?id=a0240000005sV5xAAE&type=certificate>
- (17) <http://fsc.force.com/servlet/servlet.FileDownload?file=00P3300000evgxOEAQ>
- (18) <https://www.celuloseonline.com.br/fsc-suspense-certificacao-da-jari/>
- (19) <http://fsc.force.com/servlet/servlet.FileDownload?file=00P3300000evgxTEAQ>
- (20) <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/index.php?action=Noticia.show&id=1697&oOrgao=94>
- (21) <https://redd-monitor.org/2015/12/17/the-jari-amapa-redd-project-brazil-greenwashing-illegal-logging-a-pulp-mill-and-a-48-year-old-land-grab/>
https://www.vcsprojectdatabase.org/#/projects/st/_c_BR/ss_0/so_/di_/np_

Nigéria: as plantações de dendezeiros da Okomu causam sérios problemas às mulheres que moram nas proximidades



Nigéria. Foto: ERA/FoE

O cultivo de dendezeiros faz parte do modo de vida – na verdade é a cultura – de milhões de pessoas na Nigéria e nos países vizinhos. Os dendezeiros crescem naturalmente na região e, portanto, há uma longa história de uso tradicional não apenas do óleo, mas de todas as partes do dendezeiro. Em um dialeto regional, o dendezeiro é chamado de *Osisina ami ego* – “a árvore que produz dinheiro”. (1) Mas na Nigéria, como em outros lugares, essa fonte crucial de identidade cultural e bem-estar econômico para as comunidades do campo está ameaçada pela expansão das plantações industriais de dendezeiros.

Nesta entrevista, Hajaratu Abdullahi, da Community Forest Watch, fala sobre como a empresa de dendê Okomu Oil está causando sofrimento e situação de miséria para comunidades como a dela no estado nigeriano de Edo, e como a plantação industrial da empresa põe em risco o uso tradicional do dendê e a soberania alimentar das comunidades.

A Okomu Oil Palm Company foi fundada em 1976, como uma estatal, mas a SOCFIN, empresa global registrada em Luxemburgo, detém agora 63% das ações. Em 1998, pelo menos quatro aldeias foram violentamente destruídas e os habitantes, despejados, e suas casas, propriedades e terras agrícolas foram tomadas pela empresa. As tensões entre a Okomu e as comunidades afetadas aumentaram, e a empresa instalou porteiros nas estradas de acesso às plantações. Os membros da comunidade se sentem ameaçados e têm seus movimentos restringidos, principalmente considerando-se que a empresa impôs um toque de recolher noturno e controles sobre a entrada de ativistas comunitários que considerava “baderneiros”. “Sair da aldeia ou voltar para casa é como atravessar uma fronteira”, explicou um ativista comunitário em 2015. Naquele ano, o governo do estado de Edo ordenou a revogação dos acordos territoriais envolvendo cerca de 13.750 hectares que a Okomu demarcara para expandir suas plantações de dendezeiros – uma ordem que a empresa ignorou até hoje. Em junho de 2017, apesar de várias tentativas de intimidação por parte de forças de segurança, as comunidades afetadas pelo dendê, junto com agricultores, mulheres e grupos da sociedade civil, como a ERA/Amigos da Terra Nigéria, organizaram um protesto contra a cumplicidade do atual governador do estado de Edo, Obaseki, com as atividades da Okomu.

WRM: Como a vida das mulheres mudou desde que as plantações de dendezeiros da Okomu chegaram à sua região?

Hajratu Abdullahi: Desde que a Okomu chegou à minha comunidade, nós, mulheres, temos sofrido muito porque não temos mais a nossa liberdade. Em primeiro lugar, não há mais liberdade de ir e vir [porque a empresa controla o acesso às aldeias dentro da plantação por meio de uma série de porteiros onde os seus guardas conferem e registram todo o tráfego que passa]. Em segundo lugar, eles podem entrar em sua terra sem avisar e destruir tudo o que você plantou, seus dendezeiros, seus cultivos.

Alguns anos atrás, a empresa entrou em quatro comunidades de uma só vez, saquearam tudo, todo mundo corria à própria sorte em meio à confusão. Não havia ninguém a quem reclamar. As pessoas que deveriam estar lá para você reclamar não estavam, talvez tivessem recebido dinheiro. Só uma pessoa saiu, chamou alguns jovens, uns homens, que disseram: “Vamos travar essa batalha para servir de exemplo às futuras gerações”. E foi assim que a resistência da comunidade começou, que começou essa luta contra a Okomu. Já faz mais de 15 anos.

E temos que continuar nos mobilizando porque ainda estamos sofrendo. Agora, com essas plantações da empresa por toda parte, nós não temos liberdade para entrar em nossas florestas, nossas terras, nas reservas florestais, nas áreas que usamos para coletar caracóis. Nós sobrevivemos dos caracóis, nós sobrevivemos dos vegetais. Todas essas coisas, nós não temos mais acesso a elas, mas são elas que nos sustentam.

Em segundo lugar, nós, mulheres da Nigéria, dependemos das ervas tradicionais. Por exemplo, quando uma mulher está grávida, já no primeiro mês, nós lhe damos determinadas ervas; depois, durante a gravidez, ela receberá outras ervas. Entre dois e quatro meses, usamos mais uma erva diferente, e continua assim. Quando ela chega aos oito meses, há uma determinada erva que as mulheres grávidas recebem para que a placenta saia com o bebê e não haja sangramento. Mas agora, com as plantações da empresa, não se encontram mais essas ervas. Nós andamos, andamos e andamos, procurando ervas. Não se consegue mais encontrá-las. Você não imagina o problema que isso se tornou para as mulheres. São as plantações que nos fazem sofrer, pois antes, mesmo quando não havia mais nada em casa, a mulher sabia cuidar da família, porque

tinha a terra e a floresta. Mas desde que a Okomu entrou nas nossas comunidades, no nosso estado, no país, tem havido problemas reais. Estamos com fome, porque não há nada com o que sobreviver, porque não se pode nem pegar mais de oito sementes de dendê que eles nos ameaçam.

WRM: O que acontece quando vocês coletam mais?

Hajaratu Abdullahi: Eles prendem a gente! E quem vai vir socorrer, tirar a gente de lá?

Uma vez, a Okomu veio e desmanchou uma ponte que nós mesmos tínhamos construído. Eles só vieram e destruíram! Um dos chefes disse: “Como vocês podem entrar e destruir a ponte que nós construímos? Vocês têm que reconstruir”. Eles nunca reconstruíram a nossa ponte. Nós mulheres, usávamos a ponte para passar para os diferentes lugares onde obtínhamos os nossos vegetais e outras coisas que nos alimentam. Como podemos ir lá agora que não tem mais ponte?

Outro exemplo: há cerca de um ano ou dois, um grupo de mulheres foi montar armadilhas no rio para pegar alguns peixes. As armadilhas foram apreendidas pelo diretor geral da Okomu, e até hoje não foram liberadas. Instalar armadilhas, pescar, cultivar são as coisas que fazíamos para ganhar algum dinheiro. E providenciar outras armadilhas sai muito caro. Essas são as coisas que fazíamos para cuidar da família. Se você não ganha dinheiro, não pode cuidar da sua família, não pode mandar os filhos para a escola. Muitos de nossos filhos estão em casa agora porque não há dinheiro para continuar sua educação.

WRM: E os empregos na empresa para as mulheres da aldeia?

Hajaratu Abdullahi: Não há nenhum! E não há compensação. Mesmo que eles estejam fazendo uma ou outra coisa para compensar em outras comunidades, no caso da Okomu, a comunidade nunca aceitou nada.. Nós temos soldados nas nossas comunidades.

E nós não temos liberdade de ir e vir. Em algum momento de abril de 2018, quando um ativista comunitário de Camarões veio compartilhar suas experiências conosco, ele disse: “Me deixem visitar essas comunidades”. Uma das comunidades que nós queríamos visitar era na Okomu. Nós fomos num sábado. Para chegar às comunidades dentro da plantação, você tem que passar pelas porteiças da empresa. [Veja também o Boletim 199 do WRM]. Ao chegar às porteiças, nós fomos nos registrar antes de entrar na plantação. Então, os funcionários da empresa olharam para o nosso veículo e disseram: “Vocês não têm o adesivo no veículo. Se não tiver adesivo, não pode entrar.” Eu perguntei: Certo, e onde conseguimos esse adesivo?” “O escritório fica lá”, disseram. E eu respondi: “Certo, vamos entrar”. “Não, não, não, não podem ir hoje. Voltem na segunda-feira”. Então, temos que esperar até segunda-feira para ver nossa família?

Naquele momento, nós dissemos: assim é impossível! Se eles querem me prender ou me matar, eles vão me matar. Se eu não tenho liberdade para ir à minha própria comunidade, com minha irmã, com meus irmãos, então fica muito difícil. Por fim, um funcionário saiu e perguntou o que estava acontecendo. Nós explicamos e, só porque nós insistimos, eles acabaram nos deixando entrar. Esse é o tipo de controle que as comunidades dentro das plantações enfrentam cada vez que têm que passar por essas porteiças.

WRM: Você pode nos falar sobre o tipo de conflitos e impactos que as comunidades afetadas pelas plantações de Okomu estão sofrendo?

Hajaratu Abdullahi: Existe uma comunidade muito próxima da nossa. Em algum momento do ano passado, durante a época da manga – antes havia muita manga, nós colhíamos, levávamos para o mercado, assim como outras frutas, como abacate –, como as mangas são muito poucas agora, homens e mulheres, dá pra imaginar, começaram a brigar. “Fui eu que colhi!” “É minha, não sua!” É assim que acontece agora.

Há outra comunidade onde as plantações acabam de entrar, e onde muitas mulheres praticam a agricultura. Nessa comunidade, uma mulher tinha uma plantação de cacau muito grande. A administração da Okomu Oil e o exército e a polícia da Nigéria, que fazem a segurança da empresa, entraram na plantação, e foi o fim do cultivo dela. Ela costumava ir à feira toda semana e vender seus produtos. Agora, nada! A filha dela procura coisinhas para vender, cozinha arroz, está vendendo coisas como essa. Ela já deveria ter se terminado a escola, mas teve que abandonar.

Em outra aldeia, Odigi, quando o pessoal da empresa chegou, eles doaram suas propriedades – talvez tivessem convencido os líderes tradicionais. Essas pessoas têm apenas um acre para cultivar agora; nem um hectare. Um acre para cultivar, nada mais. Elas estão indo para a comunidade vizinha, que vai dizer: “Vocês não vão tomar as nossas terras, você deram as de vocês. A nossa terra já não é suficiente”. Assim começam os conflitos entre as comunidades, até mesmo assassinatos; um desses casos está agora na justiça. Esses são os tipos de desafios que as comunidades enfrentam quando essas plantações tomam conta da terra delas.

Outro exemplo: as mulheres costumavam plantar banana. Vendendo a banana que plantam em suas propriedades, elas podem ganhar no mínimo 30-40.000 Nairas [cerca de US\$ 100] em cada feira. Então, o que acontece quando a terra vai para a empresa de plantações? Quanto você vai me dar? Eu devo simplesmente comer a comida de hoje e esquecer o amanhã? E aí eu não vou ter terra para plantar para os meus filhos. E quando nós não estivermos mais aqui? Como os nossos filhos vão sobreviver? Até a pimenta, a pimenta comum, nesta época do ano custa cerca de 8.000/12.000 Nairas na feira, mas você não tem nada para levar à feira se não tiver terra para plantar. Nós nem temos terra suficiente para plantar pimenta comum! E se a gente não vigiar o terreninho que tem muito perto de casa, outra pessoa vai se apossar dele.

Você vê algumas mulheres idosas sofrendo, elas não têm nada. Então começamos a buscar lenha, caminhando muito para conseguir lenha para vender, para que elas tenham algo para sobreviver. Eu posso dar muitos outros exemplos como esse. Esses são apenas alguns dos desafios que estamos enfrentando. Nós não temos liberdade.

WRM: E a violência que a empresa pratica diretamente contra as mulheres?

Hajaratu Abdullahi: Eles nem sabem que as mulheres existem. Eles não sabem que as mulheres existem, com protesto ou sem protesto. Se fizermos um protesto hoje, amanhã eles trarão sua própria gente e publicarão sua própria história na mídia. Eles dirão: “Vamos perguntar a esta pessoa”. E a pessoa dirá: “A Okomu está fazendo muito bem para nós, a Okomu está nos dando isso, está nos dando isso”. Essa interferência da Okomu causa muito conflito dentro da comunidade. É por isso que eu disse para eles viverem de forma sábia agora. Porque ontem já passou. Viva de forma sábia hoje. Você não sabe se vai estar aqui amanhã ou não. Talvez você tenha vendido seus direitos ontem, mas não venda seus direitos hoje! Porque agora, os nossos olhos estão abertos. As pessoas para quem você deve reclamar – o governo – elas são o nosso problema. Você estará fazendo o que estiver fazendo na sua comunidade, mas o governo estará

fazendo o que faz acima de suas cabeças. Então, será que eu posso lutar sozinha contra o governo? Não!

WRM: Como a Okumu conseguiu obter terras comunitárias?

Hajaratu Abdullahi: Não há compensação para o sofrimento que essas empresas causam às mulheres. A empresa convida os anciãos, os homens mais velhos da comunidade, para uma reunião. Quando eles vão, as pessoas da empresa dizem: “Baba, vem, vem, vem, é só assinar este papel”. Um ancião disse: “Como é que eu vou assinar? Eu nem sei ler, como eu posso assinar? Porque para poder assinar, vou ter que ler antes. Então, não estou disposto a assinar porque a minha comunidade não está ciente disso. Este convite... você está me convidando para vir e assinar o quê? Então eles chamam o secretário: “Secretário, você vai assinar”. Por sorte, o secretário também disse: “O que você quer dizer? Eu venho e assino? A comunidade está ciente da razão pela qual você nos convidou para vir aqui?” Aí eles os afastaram.

Então eles convidaram para um grupo diferente, só duas pessoas. Eles disseram: “Simplesmente não preste atenção a eles, eles são tolos. É só assinar”. Uma mulher daquela aldeia me chamou e disse: “Essas pessoas, vejam o que estão fazendo com a nossa comunidade. Alguém foi assinar um acordo com a empresa”. Eu disse a ela para convocar uma reunião imediatamente, para informar à comunidade. A comunidade se reuniu e disse que não apoia o acordo que essas pessoas assinaram. Foi documentado, então aqueles que assinaram estão por conta própria.

WRM: Ficamos sabendo que em outros lugares, por exemplo, em Serra Leoa, há um aumento da violência sexual que as mulheres sofrem diretamente dos seguranças ou dos funcionários da empresa. Também acontece com a Okumu na Nigéria? Sabemos que é uma questão muito difícil, e que às vezes as mulheres nem estão dizendo...

Hajaratu Abdullahi: Mesmo se isso acontecesse com muitas delas, ninguém falaria. Na nossa tradição, uma mulher casada que é vista discutindo mesmo coisas pequenas com um homem terá problemas. Não é assim em todas as comunidades, mas onde eu sou casada, você não deve ficar com um homem tendo conversas irrelevantes. Então, nessa realidade, talvez esteja acontecendo alguma coisa com uma mulher, mas ela não vai falar. Há também muitos casos que a gente quer denunciar à polícia, mas a gente não vai ver o começo e a conclusão do caso. Então, essa é a razão pela qual as pessoas, quando têm algum problema, elas se fecham em si mesmas. Então essa é a questão. Não que isso não aconteça; acontece. Mas quando acontece, as mulheres guardam para si.

WRM: Quando você era jovem, como era a comunidade?

Hajaratu Abdullahi: Tão diferente. Quando eu era jovem, aos 12 anos de idade, a gente podia se banhar nua, brincar quando estivesse chovendo; você simplesmente andava por aí.

WRM: E como era o lugar?

Hajaratu Abdullahi: A temperatura era boa e fresca. Você vai para a plantação de cacau e colhe. Você chega em casa e diz: “Ah, mãezinha, é isso que eu quero comer”. E se não estivesse em casa, você podia simplesmente ir até a floresta e o campo, e colher o que precisava. No caminho, poderia pegar uns caracóis, colher umas folhas, como folhas de cacau; você mói, e tem um jeito de transformar em uma sopa. Você pode até pegar este amendoim sem nem colocar no fogo –

pegue o amendoim, moa, acrescente um pouco de pimenta, sal, faça uma sopa de cacau. A comida era abundante, mas hoje, hoje não é mais assim.

(1) Veja o Boletim 161 do WRM (2010): Dendê na Nigéria: de pequenos agricultores e mulheres à produção em massa. <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/o-dendezeiro-na-nigeria-mudando-dos-pequenos-produtores-e-mulheres-a-producao-macica/>

Veja também:

- Boletim 233 do WRM (2017): As plantações da SOCFIN na África: no mínimo, irresponsáveis, mas sobretudo violentas e destrutivas. <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/as-plantacoes-da-socfin-na-africa-no-minimo-irresponsaveis-mas-sobretudo-violentas-e-destrutivas/>

- Boletim 199 do WRM (2014): Nigéria: Okomu Oil Palm Company – destruindo as comunidades para expandir o dendê. <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/nigeria-okomu-oil-palm-company-destruindo-as-comunidades-para-expandir-o-dende/>

As promessas enganosas da Dekel Oil levam as pessoas a assinar contratos perigosos para cultivar dendê na Costa do Marfim



Costa do Marfim

A Dekel Oil explora plantações de dendezeiros na Costa do Marfim. Os pequenos proprietários das terras estão presos a contratos assinados com a empresa que, com promessas enganosas, fez com que eles acreditassem que iriam ficar ricos autorizando-a a estabelecer suas plantações da monocultura. Os moradores dos povoados lutam para rescindir os contratos, e começaram a alertar a outros moradores sobre os riscos de assiná-los.

Às vezes, as empresas de plantação de dendezeiros precisam mostrar que as comunidades apoiam seus projetos para estabelecer plantações industriais nas terras do país. Com essa finalidade, usam táticas sofisticadas para dar a impressão de que comunidades ou proprietários individuais aceitam que a empresa assuma o controle de suas terras. Isso acontece principalmente quando a empresa planeja cultivar dendê em terras que não são controladas pelo Estado, mas pertencem a comunidades ou indivíduos.

Uma dessas táticas consiste em fazer promessas que membros da comunidade ou proprietários de terras tenham dificuldade de rejeitar. Por exemplo, os representantes da empresa podem prometer construir escolas e policlínicas, fazer manutenção nas estradas, fornecer geradores a

diesel e outros recursos se as comunidades cederem suas terras para o cultivo do dendê. Ao tentar atrair os donos das terras, as empresas costumam afirmar que eles ficarão muito ricos se aderirem ao seu programa de produção. Eles são alvo de mentiras e promessas enganosas, e são tentados a assinar contratos que os prendem a compromissos de longo prazo com a empresa.

Porém, quando o contrato é assinado ou a empresa consegue o apoio da comunidade, as promessas são esquecidas. Independentemente da sinceridade e da convicção que essas promessas parecem expressar inicialmente, as empresas as ignoram depois de obter o que querem: controlar as terras da comunidade ou de agricultores individuais.

Usando promessas mentirosas, as empresas obtêm controle sobre centenas, ou mesmo milhares, de hectares de terra.

Um bom exemplo é o caso da Dekel Oil, na Costa do Marfim, com proprietários de terras que se viram presos a contratos de produção de óleo de dendê que prometiam que os agricultores ficariam “muito ricos”. Longe de enriquecer, eles agora travam uma batalha jurídica para conseguir o cancelamento dos contratos e garantir que não corram o risco de perder suas terras definitivamente para a empresa.

A Dekel Oil é uma empresa de agronegócio com sede na Costa do Marfim, que produz óleo de dendê para exportação e iniciou suas operações em 2007. Foi criada pelo grupo Siva e um conglomerado israelense (1). O grupo Siva, registrado na Bélgica e pertencente ao milionário indiano Sivasankaran, está envolvido na tomada de milhões de hectares de terra no mundo.

Na região de Aboisso, no leste da Costa do Marfim, a Dekel Oil assumiu o controle de cerca de 27.000 hectares de terras em torno do povoado de Ayenouan, que a empresa usa agora para plantações industriais de dendê. Dessa área, apenas 1.886 hectares de plantações estão em terras controladas diretamente pela empresa por meio de arrendamento.

Na maior parte, as plantações industriais são estabelecidas em terras pertencentes a famílias que assinaram contratos como pequenas exploradoras com a Dekel Oil.

Em 2015, a empresa recebeu um empréstimo do Banco Mundial para continuar sua expansão e assumir o controle sobre 10.000 hectares de terra destinados a plantações industriais de dendê na região de Ayanouan (2).

Para a planta de processamento instalada em 2014, a empresa também recebeu financiamento do BOAD (Banco de Desenvolvimento da África Ocidental) e do BIDC (o Banco de Desenvolvimento da CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) (3).

A Dekel Oil também começa a assumir o controle de terras destinadas a plantações industriais de dendezeiros na região de Guitry, no sul da Costa do Marfim, onde afirma ter obtido “direitos” sobre 24.000 hectares, bem como no país vizinho, Gana.

A experiência vivida pelos moradores de Ayenouan

Entre 2010 e 2011, técnicos da Dekel Oil começaram a aparecer nos povoados da região de Aboisso, incentivando os proprietários a assinar contratos com a empresa. Dois tipos foram propostos:

- Em um dos tipos de contrato, o proprietário confiava o controle de suas terras à Dekel Oil para que a empresa pudesse estabelecer plantações industriais de dendê em um sistema chamado de cogestão: o estabelecimento, a gestão e a colheita dessas plantações eram compartilhados entre o proprietário e a empresa. Um terço dos lucros seria usado para a empresa cobrir os custos de manutenção, um terço iria para a Dekel Oil, e o proprietário também receberia um terço.

- A outra opção era um contrato de longo prazo para arrendamento de terras: a Dekel Oil pagaria 38 € (25.000 francos CFA) por hectare a cada ano, ao que se somariam 12% da safra, os quais o proprietário poderia usar como quisesse.

Ambos os tipos de contrato tinham duração inicial de 20 a 40 anos.

Em princípio, a Dekel Oil garantia que os moradores signatários dos contratos de cogestão teriam plenos poderes sobre as plantações durante os períodos de manutenção e colheita. Contudo, depois que os contratos foram assinados, a empresa ignorou os moradores e os excluiu da gestão da atividade. Ao contrário do que fora prometido, os moradores não são informados sobre quando a empresa planeja fazer a colheita nem recebem documentos que comprovem o peso dos frutos de dendê colhidos. Às vezes, a Dekel Oil colhe frutos de vários moradores ao mesmo tempo. Como os frutos são carregados nos mesmos caminhões, sem a presença dos agricultores, que não são informados da colheita, eles dependem totalmente das estimativas da empresa para saber a proporção do total que corresponde à sua própria produção. Os agricultores também explicam que a Dekel Oil decide a quantia a ser paga a cada um deles, sem informá-los sobre o peso de sua colheita nem lhes fornecer comprovantes adequados.

Os pagamentos também são realizados com bastante atraso. Os caminhões da empresa colhem frutos de dendê a cada quinze dias e, segundo os contratos, a Dekel Oil deveria pagar mensalmente ou, em alguns casos, a cada trimestre, mas os proprietários indicam que muitas vezes têm que esperar seis – às vezes, até doze – meses para receber seus pagamentos.

As promessas mentirosas da Dekel Oil

Como outras empresas de plantação de dendê, a Dekel Oil fez belas promessas para que os proprietários assinassem contratos, prometendo ajudar os moradores que se dispusessem a assinar um contrato na obtenção de empréstimos para construir casas. O crédito seria reembolsado pela empresa, que deduziria o dinheiro das quantias pagas mensalmente aos moradores com base no volume de frutos de dendê colhidos em suas terras.

Os representantes da empresa também exageraram as cifras da produção ao apresentar os contratos aos agricultores. Ao chegar às aldeias com suas propostas, os técnicos da Dekel Oil afirmaram que as plantações poderiam produzir entre 12 e 18 toneladas por hectare a cada mês. Um relatório recente da empresa (2) mostra que o rendimento atual dos pequenos produtores é entre seis e dez toneladas por hectare por mês, ou seja, bem abaixo da promessa inicial da empresa aos moradores locais.

A promessa mentirosa com a qual a Dekel Oil levou os moradores a assinar os contratos – “Você ficará muito rico!” – foi alimentada com essas expectativas exageradas de crescimento. A empresa prometeu que eles ganhariam mensalmente 13 euros por hectare, sem fazer esforço. A mensagem que acompanhava essa promessa era: “Você pode ficar rico sem sair de casa!”

Mas a empresa não apresentou a situação como um todo. Ela nunca explicou quanto seria necessário gastar para estabelecer e manter as plantações. Com os contratos assinados e os

dendezeiros plantados, a situação mudou, e os agricultores receberam muito pouco dinheiro para ceder o controle sobre suas terras à Dekel Oil.

Alguns deles não receberam absolutamente nada. No povoado de Ehia, subprefeitura de Krinjabo, departamento de Aboisso, os moradores assinaram contratos com a Dekel Oil sobre uma área total de 86 hectares. A empresa já estabeleceu plantações e colhe os frutos do dendê em 50 hectares, mas as pessoas não receberam qualquer pagamento por isso.

Diante da situação injusta e dos impactos sofridos pelos moradores, um grupo de produtores de dendê que assinara contratos com a Dekel Oil decidiu se organizar, criando o “Coletivo de Produtores de Dendê” para defender os direitos dos seus membros diante da empresa. O Coletivo também começou a alertar comunidades e moradores de outros lugares onde a Dekel Oil contata agricultores para assinar contratos com a empresa sobre o que acontece após a assinatura.

Cláusulas contratuais perigosas

Uma das principais preocupações levantadas pelo Coletivo para os moradores e as autoridades se refere a algumas das cláusulas incluídas nos contratos. O Artigo 6 dos contratos da Dekel Oil estipula que, seis meses antes do final do contrato (que dura de 20 a 40 anos), a empresa pode solicitar a renovação. Se o morador não se opuser dentro de um prazo curto após ser informado do pedido da empresa, o contrato será renovado automaticamente.

É importante lembrar que os contratos duram entre 20 e 40 anos, e que alguns moradores não sabem ler nem escrever. Portanto, esse tipo de cláusula pode facilmente permitir que a empresa obtenha o controle da plantação por muito mais tempo do que os 20 ou 40 anos previstos inicialmente.

O Coletivo alerta as comunidades para não assinarem nenhum contrato com a empresa caso não estejam em condições de entender completamente as consequências. As comunidades de Guitry, nas quais a Dekel Oil afirma ter obtido 24.000 hectares, mas onde, até onde sabemos, ela ainda não assinou qualquer contrato, devem ficar em alerta para as falsas promessas que a empresa lhes fará e as consequências desastrosas de aceitá-las.

Artigo baseado na apresentação do Coletivo de Produtores de Dendê da Costa do Marfim durante uma reunião internacional realizada em agosto de 2018.

(1) <https://www.grain.org/fr/article/entries/5049-comment-nourrir-le-1>

(2) Última apresentação da Dekel Oil aos investidores, 18 de setembro de 2018. <http://dekeloil.com/ul/DKL%20Corporate%20Presentation%20-%2018.09.18%20.pdf>

(3) <https://www.agenceecofin.com/palme/2308-22289-cote-d-ivoire-dekel-oil-lance-une-usine-de-transformation-d-huile-de-palme-a-ayenouan>

Equador: povos, comunidades e a natureza diante do dendê



Jornadas de debate, reflexão e resistência foram realizadas na cidade de Quito, de 9 a 13 de outubro de 2018, no marco do Encontro: Povos, Comunidades e Natureza diante do Dendê. Esse intercâmbio de saberes é o primeiro do tipo no Equador e reuniu líderes das províncias afetadas pelo dendê nas três regiões do país.

No Equador, a expansão das monoculturas industriais de dendê é a principal causa do desmatamento. Atualmente, existem mais de 300.000 hectares de plantações de dendezeiros em todo o país e se produzem 577.000 toneladas de óleo por ano, das quais 61% são para exportação.

Nosso país não está alheio às consequências do modelo de acumulação agroindustrial. Existem muitos casos de violência, expropriação e contaminação pela indústria do dendê, com uma forte tendência à impunidade. Diante disso, as comunidades camponesas defensoras da soberania alimentar estão dando um “basta” e, a partir de diferentes espaços da sociedade civil, nasce a necessidade de iniciar uma série de ações para defender os direitos humanos e da natureza atropelados pela indústria do dendê.

Esse esforço coletivo de reflexão deu origem à REDE de povos soberanos contra o dendê, que emitiu a seguinte declaração:

“Declaração do primeiro Encontro Equador: cidades, comunidades e a natureza diante do dendê

Na presença de instituições e organizações nacionais e internacionais, neste primeiro encontro, os povos e as comunidades do Equador constataram inúmeras violações de direitos associadas à agroindústria do dendê no país.

As empresas de plantação de dendê impõem um sistema baseado na destruição das florestas e deixam camponeses, povos indígenas e afrodescendentes em condições precárias.

A agroindústria do dendê quer campos para instalar suas grandes monoculturas baseadas no uso intensivo de agrotóxicos, expropriar a terra dos camponeses, apropriar-se de todas as fontes de água ou contaminá-las com um uso irresponsável e concentrador, e tudo isso para obter matérias-primas para alimentos ultraprocessados de baixa qualidade, produtos industriais e agrocombustíveis.

Entre as violações dos direitos à natureza, nesta primeira reunião sobre o que acontece no Equador, os povos e as comunidades denunciaram que:

- A expansão das plantações de dendezeiros é a principal causa do desmatamento de florestas em geral e de florestas primárias no Equador e em outros países latino-americanos. Neste momento, a megadiversa Floresta do Chocó está prestes a desaparecer por causa dessa atividade, que viola os direitos da natureza.
- As plantações de dendezeiros têm gerado divisão das comunidades e fragmentação de territórios ancestrais indígenas, afroequatorianos e camponeses, afetando as lógicas de vida.
- Em muitos casos, as monoculturas de dendê foram estabelecidas nos territórios por meio de mecanismos de expropriação de comunidades e de compra e venda fraudulenta de terras, juntamente com violência, pistolagem e assassinatos.
- As plantações de dendezeiros promovem a concentração da propriedade da terra, ligada a controle sobre a água, uso de sementes industriais, incentivos estatais, comercialização e mercado.
- O problema afeta mais de 400.000 hectares no Equador, onde nem todas as áreas são incorporadas às cifras oficiais.
- Essa expansão do dendê está ameaçando a soberania alimentar e o direito humano à alimentação ao reduzir as áreas de cultivos camponeses diversificados.
- As empresas de dendê têm promovido, junto com a Corporação Financeira Nacional, cadeias produtivas que expropriam a terra dos camponeses por meio de mecanismos de endividamento.
- Onde as plantações chegam, a economia camponesa local é destruída, fazendo com que a população se proletarize e se torne dependente dos grandes capitais, que usam altos níveis de exploração do trabalho.
- O dendê faz um uso intenso de agrotóxicos para eliminar o restante das espécies nativas que compõem as florestas. Também há uma fase de poluição na extração do óleo, que destrói as condições de vida de rios e outros corpos d'água em torno das plantações.
- Essa destruição da vida aquática em rios e estuários afeta uma importante fonte de sustento alimentar das comunidades, como é a pesca.
- A poluição da água causa graves doenças da pele, câncer, abortos espontâneos e, em geral, o aumento da mortalidade nas comunidades localizadas a jusante das plantações.

- O crescimento do consumo desse óleo de dendê industrial carregado de agrotóxicos, principalmente entre os setores mais empobrecidos, resultou em um grande aumento na incidência de várias doenças.
- A destruição ambiental gerada pelo dendê está relacionada a outras formas de expropriação, como a mineração, o petróleo, etc.
- As plantações de dendezeiros estão ligadas à expansão de grandes infraestruturas viárias, como o corredor Manta-Manaus.
- O uso intensivo de agrotóxicos, somado aos impactos da monocultura do dendê, foi aprofundado na crise da doença conhecida como Amarelecimento Fatal, desencadeando uma grande espiral tóxica que ameaça a saúde ambiental de trabalhadores e comunidades.
- As autoridades que devem fazer o controle das plantações de dendezeiros, como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e Pecuária ou a Secretaria Nacional da Água, negligenciaram suas funções e não deram resposta ao problema.
- Denunciamos que não há acesso à justiça, porque os grandes grupos empresariais do dendê subornam o mecanismo judicial.
- Denunciamos que a RSPO, com sua certificação dada às companhias de dendê, legitima a expansão dessas monoculturas, a violação dos direitos das comunidades locais e a destruição dos ecossistemas.
- Contra isso, nós, povos originários e camponeses que reivindicamos nossa relação com a natureza, temos o dever e o direito coletivo e histórico de recuperar, fortalecer e manter o cuidado e a proteção de nossos modos de vida, nossos saberes e nosso direito próprio, nossa autonomia, nossa agricultura tradicional camponesa e nossa soberania alimentar.

Diante dessa situação de violações de direitos, nós, comunidades e povos afetados, reunidos na **Rede de povos soberanos contra o dendê**, propomos soluções que devem ser de cumprimento obrigatório pelo Estado e a sociedade do Equador:

- É vital recuperar e proteger os rios, para que se possa beber a água com segurança e para que se recuperem a fauna e a flora das quais as comunidades dependem para a vida, para a recreação, para as atividades cotidianas e para seu simbolismo cultural.
- As empresas de dendê devem assumir suas responsabilidades econômicas e sociais pelos danos causados, e se deve empreender um processo de reparação integral à população e de restauração da natureza.
- A justiça deve ser independente das pressões das grandes empresas para poder aplicar a lei e os direitos das comunidades.
- Garantir trabalho e acesso à terra no Equador deve ser política de Estado para impedir que os jovens continuem migrando às cidades devido à falta de alternativas no campo.

- Exigimos que se priorize o apoio à pequena agricultura camponesa, que alimenta nossos povos, já que ela é encarregada da produção destinada ao consumo local, diferentemente das monoculturas voltadas à exportação.
- Há uma oportunidade de fazer uma transição dos territórios do dendê rumo a sistemas de produção diversificada, com mais rendimento, e menos agressivos ao meio ambiente, como o cacau nacional orgânico para o qual é necessário o apoio aos pequenos agricultores.
- As autoridades atuais devem reverter a situação; estas resoluções serão entregues ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e ao Ministro do Meio Ambiente, para que eles saiam de sua inação e deixem de promover o dendê.
- Exigimos que o Ministério do Meio Ambiente realize os controles pertinentes para evitar a substituição de florestas nativas por dendê e a poluição gerada por plantações e extratores de óleo.
- Exigimos que o CFN, a BNF e outras instituições de crédito se articulem com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca para NÃO conceder empréstimos a projetos que causem desmatamento, conflitos sociais ou violações de direitos.
- Enquanto nossos direitos como comunidades continuarem sendo violados, proclamamos o direito à resistência dos povos contra a entrada das empresas de dendê nos territórios comunais e camponeses.
- As organizações aqui reunidas estarão monitorando as terras onde foram plantados dendezeiros para exigir uma contagem verdadeira e estatísticas oficiais ajustadas à realidade.
- Comprometemo-nos a dar continuidade a este encontro por meio do fortalecimento de nossas organizações e redes, o desenvolvimento de espaços de discussão e ações contra a expansão do dendê, bem como a intensificação de nossas resistências e lutas a partir dos níveis local, nacional e internacional. Hoje nos articulamos como uma *rede de organizações sociais e camponesas diante do dendê*.
- Os fatos aqui relatados, de violações de direitos, bem como estas propostas, também buscarão a justiça internacional e a solidariedade das organizações sociais em todo o mundo.

Quito, 11 de outubro de 2018”

Alex Naranjo, Campanha Soberania Alimentar, Acción Ecológica, verdevegetal@yahoo.com

Gabão: Plantações industriais de dendezeiros da OLAM privam comunidade de Sanga de acesso a água potável



Sanga, Gabão. Foto: WRM

A expansão das plantações industriais de dendezeiros atingiu de forma especialmente forte o povoado de Sanga, no sul do Gabão: a principal fonte de água da comunidade tornou-se tão poluída que a água ficou insegura para beber e não é adequada para outros usos cotidianos. Mas a poluição da água é apenas um dos impactos das plantações administradas pela OLAM, empresa com sede em Cingapura, que tem o governo do Gabão como um dos proprietários.

Em setembro de 2018, 35 mulheres e homens de comunidades afetadas pelas plantações industriais de dendezeiros administradas pela OLAM, empresa com sede em Cingapura, reuniram-se em Mouila, no sul do Gabão. Várias organizações e ativistas nacionais e internacionais participaram da reunião, na qual os moradores compartilharam livremente as experiências de suas comunidades em relação a essas grandes plantações de dendê. Eles analisaram as estratégias que a empresa usa para promover as plantações industriais e obter acesso a terras comunitárias. Eles também discutiram o papel fundamental das mulheres na resistência contra as plantações e discutiram ações para fortalecer essa resistência e se contrapor à estratégia de expansão da empresa, já que consideram a resistência fundamental para defender os meios de subsistência da comunidade, principalmente das futuras gerações.

Poluição da água em Sanga

Parte da agenda do encontro foi uma visita de campo a Mbadi, Sanga e Mounigou, três comunidades que têm sido gravemente afetadas pelas plantações industriais da OLAM. A situação é particularmente grave no povoado de Sanga, construído recentemente sobre terra usada pelas pessoas da comunidade há gerações. O povoado foi criado com o objetivo de conter a expansão descontrolada das plantações de dendezeiros da OLAM na área. Apesar de sua resistência, as monoculturas tinham avançado até perto das casas – cerca de 200 metros – quase cercado o povoado. Com as plantações se aproximando tanto, os pesticidas perigosos e tóxicos usados intensamente dentro delas também são aplicados a uma distância curta perigosa do povoado.

De acordo com Dieudonné Moukétou-Tarazewicz, formado em Geografia Física e fundador da ONG local Muyissi Environnement, “as monoculturas favorecem o cultivo de uma única espécie em detrimento das outras, o que leva a um desequilíbrio ambiental entre as populações de plantas e insetos. Algumas espécies desaparecem e surgem pragas mais poderosas porque, com o uso prolongado de inseticidas, os insetos desenvolvem resistência. E isso requer doses maiores de pesticida. Um fator agravante é que esses compostos são bioacumulativos, ou seja, eles se acumulam gradualmente na cadeia alimentar e não são eliminados nem dissolvidos ao longo do tempo. Não são biodegradáveis, isto é, resistem à degradação biológica, bem como à degradação química e à fotolítica, ou seja, degradação pela luz. Portanto, mesmo em baixas concentrações, eles afetam gravemente o equilíbrio do ecossistema”.

Sanga enfrenta hoje uma situação muito grave porque sua principal fonte de água, localizada a cerca de 50 metros das casas de um lado da estrada, ficou poluída em consequência da invasão das plantações. Para resolver as queixas dos moradores, a OLAM construiu outro poço. Como costuma acontecer com poços e perfurações construídos por empresas de plantação, este também não recebeu boa manutenção, além de estar localizado próximo à fonte de água poluída, alimentada pelo mesmo lençol freático contaminado da principal fonte de água da comunidade, que não é mais adequada para uso.

Além do já mencionado risco de contaminação por pesticidas, as fontes de água localizadas próximo às plantações de monoculturas correm o risco de receber outra contaminação: fertilizantes químicos. Moukétou-Tarazewicz explica: “Quando usados excessivamente e com mau planejamento, os fertilizantes também podem poluir as águas superficiais dos rios, lagos e poços, causando danos ao ecossistema. Em geral, esses compostos são solúveis em água”. Ele acrescenta que, ao entrar na água, esses compostos também se tornam nutrientes para as algas: “Com o escoamento da água da chuva, eles se depositam em rios, lagos e poços, causando proliferação de algas em proporção maior que a normal, o que dificulta a penetração da luz e a oxigenação da água. Essa situação se agrava quando essas algas morrem, porque elas liberam muita matéria em repouso, que é degradada por micro-organismos aeróbicos”.

A principal fonte de água da qual dependem os moradores de Sanga mostra esse fenômeno descrito por Moukétou-Tarazewicz. Durante a visita de campo, ele coletou amostras de água e realizou testes preliminares: “Análises preliminares de parâmetros como íons de hidrogênio e oxigênio dissolvido, realizadas in loco, mostraram que pH, turbidez e sólidos dissolvidos estavam dentro da faixa de resolução, o que não foi o caso do Oxigênio Dissolvido (OD), revelando um alto conteúdo de matéria orgânica na água. Para os outros parâmetros em questão, é necessária uma análise adicional das amostras coletadas para avaliar se foi atingido o limite autorizado para as águas da classe II (OMS, 2004) e quais efeitos adversos pode haver para a saúde humana”.

Parâmetros analisados	Resultados P1/P2	Normas (OMS)
Condutividade ($\mu\text{S/cm}$)	P1=0558 / P2=0690	2000
Oxigênio Dissolvido (%)	P1=36,9 / P2=127,4	\geq
pH ()	P1=7,16 / P2=8,72	6,5-8,5
Temperatura (T°)	P1=26,5 / P2=27,18	–
Turbidez (NTU)	P1=032.9 / P2=008.8	<
Salinidade (mg/l)	P1=0558 / P2=0690	1000
TDS	P1=0361 / P2=0449	–

Resultados da análise preliminar da sonda multiparâmetros

A análise preliminar mostra claramente que a água não é segura para o consumo. Os resultados explicam por que as pessoas adoeceram por beber essa água contaminada. No entanto, apesar do risco para a saúde, ela é a única fonte de água próxima. Os moradores que contaram o que havia acontecido com as pessoas que adoeceram relataram incidentes em que funcionários da OLAM se negaram a dar carona em seus carros a pessoas doentes que tentavam chegar à unidade de saúde mais próxima.

Uma carta aberta à OLAM

Ouvindo os testemunhos dos moradores, os participantes da reunião decidiram escrever uma carta aberta à OLAM – *você pode acessá-la, em francês, [aqui](#)*. Na carta, os participantes exigem que a empresa resolva com urgência o problema da água em Sanga. Eles também exigem que a OLAM melhore o tratamento dado aos trabalhadores, assim como as más condições de trabalho em geral. Os trabalhadores mencionam a falta de Equipamentos de Proteção Individual que possam reduzir o impacto sobre a saúde do trabalhador durante a aplicação de pesticidas. Eles também levantaram a questão dos salários baixos e que dependem de os trabalhadores atingirem cotas diárias em suas tarefas, que são extremamente árduas. A carta também exige esclarecimentos da OLAM sobre as informações de que a empresa pretende criar um parque para o ecoturismo, fornecidas pela comunidade de Mbadi. Os participantes da reunião ouviram que a comunidade se opõe a esse empreendimento porque a área florestal é fundamental para sua subsistência.

Comunidades reforçando sua própria unidade

O workshop realizado em Mouila mostrou os múltiplos impactos das grandes plantações de dendezeiros sobre as comunidades. O workshop também revelou a estratégia da OLAM para evitar a criação de espaços onde as comunidades possam se expressar e discutir coletivamente esses impactos, bem como outras questões que as preocupam.

Parte dessa estratégia são os comitês comunitários que a OLAM está criando em cada povoado. Esses comitês não operam a partir de nenhuma base legal, e são um lugar para o chamado “diálogo” entre comunidades e a empresa. Porém, os temas que podem ser abordados nesse “diálogo” estão restritos ao conteúdo dos “contratos sociais” que a empresa assinou com cada comunidade. Esses contratos consistem essencialmente em uma lista de “benefícios” que a empresa concordou em fornecer e/ou conceder às comunidades, por exemplo, painéis solares para proporcionar energia a uma única lâmpada do lado de fora de cada casa da comunidade, um posto de saúde e/ou uma bomba de água, um lugar para esportes, alojamento para professores que lecionam na escola fundamental local. Os moradores expressaram sua insatisfação porque os comitês são dominados pela OLAM e por representantes do Estado, e não estão realmente funcionando como um espaço para um diálogo significativo, porque a implementação dos contratos que eles devem discutir é vaga e não há cronogramas, nem se explicita como as promessas serão cumpridas na prática ou como as estruturas receberão manutenção. Além disso, a OLAM decretou, já no início, que os comitês não têm poder para discutir as questões que mais preocupam as comunidades: a expansão contínua das plantações e outros planos da empresa para controlar mais terras, como a criação de mais áreas protegidas e locais para ecoturismo. Sem qualquer “diálogo”, e muito menos consentimento das comunidades sobre a questão crucial da expansão do controle da OLAM sobre suas terras, a empresa continua a tomar terras e florestas que as comunidades usam e das quais dependem.

A OLAM pediu para ser convidada para as recentes reuniões comunitárias em Mouilla. Em vez de usar sua presença diária na região para buscar intercâmbios significativos com os moradores, a empresa se dedicou a uma tentativa ostensiva de interferir no direito das comunidades de se reunir e discutir livremente os problemas que enfrentam com as atividades da OLAM.

Os moradores desafiaram essa tentativa explícita, uniram-se e decidiram que a melhor resposta às táticas divisórias da OLAM é reforçar sua própria unidade. Eles formularam uma série de ideias e planos para fortalecer sua organização e sua resistência ao avanço das plantações. Eles também discutiram maneiras de melhorar seus meios de vida, sempre baseados no princípio da diversificação das atividades econômicas, a fim de garantir a sobrevivência física e cultural de suas comunidades.

Os moradores do povoado deixaram claro que promover a monocultura não é o caminho a seguir para a região de Mouilla. Isso só faz com que uma única grande empresa aumente seu controle sobre as terras e as florestas e embolse os benefícios, enquanto as comunidades enfrentam os prejuízos de serem cercadas pelas plantações industriais de dendezeiros. Em vez disso, é necessário que se respeite, agora e no futuro, o direito fundamental das comunidades a construir suas vidas e a decidir sobre o uso da terra em que viveram por gerações.

Assinado por: WRM e Muyissi Environnement

O rompimento da barragem de Xe-Pian Xe-Namnoy na República Democrática Popular do Laos: A região do Mekong aprenderá com isso?



Laos. Foto: Reuters

Com cerca de 40% do volume total do Mekong em seu território, o governo da República Democrática Popular do Laos decidiu fazer do país “a bateria da Ásia”, desenvolvendo uma série de grandes usinas hidrelétricas ao longo do rio para exportar a energia excedente aos países vizinhos. O Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) são os principais atores que, desde o início, apoiaram as políticas neoliberais de desenvolvimento de usinas no Laos.

Cada vez mais, o fluxo e a interconexão de espaços e ciclos ecológicos, assim como economias locais e heranças culturais ancestrais, estão sendo bloqueados e desviados por barragens. Em muitos casos, os danos já são irreparáveis.

Atualmente, 46 usinas hidrelétricas operam no Laos e mais de 50 estão sendo construídas, com conclusão prevista até 2020. O plano é exportar cerca de 85% da produção de energia do país, principalmente a Tailândia, Camboja e Vietnã (1)

Entretanto, esse “desenvolvimento” hidrelétrico enfrenta críticas cada vez mais intensas. O rio é de interesse não apenas para o povo do Laos, mas também para todas as pessoas de países vizinhos que compartilham suas águas e correntes. Em nível regional, o represamento do Mekong e seus afluentes reduzirá significativamente a produção pesqueira natural, que é vital para a subsistência em toda a bacia do Baixo Mekong. Além disso, as mudanças nos fluxos hidrológicos deverão aumentar as inundações, perturbar os sistemas agroecológicos que dependem do pulso de inundação em ciclos regulares, e impedir o silte que fornece nutrientes para a produção agrícola no Laos e nos países a jusante. Além disso, as barragens podem reduzir o volume de água que flui do Alto Mekong e causar perdas significativas aos agricultores envolvidos na agricultura no delta do rio, no Vietnã. Esses projetos podem causar graves conflitos pela água entre o Laos e os países do Baixo Mekong. (2)

Um relato sobre os aspectos ambientais e sociais dos projetos de barragens no Laos mostrou como eles levaram à migração de pessoas, de dúzias a milhares, que perderam seus meios de subsistência e suas culturas e foram forçadas a ganhar a vida em novos ofícios completamente estranhos a si. (3) Somando-se a isso, o recente rompimento da barragem de Xe-Pian Xe-Namnoy, que inundou vários povoados e causou muitas mortes, acentuou os muitos outros riscos desses projetos.

A barragem de Xe-Pian Xe-Namnoy: quem está por trás?

Localizada no sul do Laos, no planalto Bolaven, a hidrelétrica de Xe-Pian Xe-Namnoy foi construída nos rios que fluem a Sekong, um dos principais afluentes do Mekong. O projeto é de junho de 1993, quando os governos tailandês e laosiano assinaram um memorando de entendimento para a venda de 1,5 milhão de quilowatts (kW) de eletricidade. No ano seguinte, a empresa coreana Dong-A E&C assinou um contrato com o governo do Laos para construir uma usina hidrelétrica com investimento total de 498,41 milhões de dólares.

O Ministério de Estratégia e Finanças da Coreia do Sul (MOSF, na sigla em inglês) forneceu parte dos recursos financeiros necessários para a construção da usina ao seu Fundo de Desenvolvimento Econômico e Cooperação. Porém, o Grupo Dong-A faliu em maio de 1998, logo após a eclosão da crise financeira asiática, e sua subsidiária Dong-A E&C também entrou em falência em novembro de 2000, paralisando o projeto da usina por tempo indeterminado.

O projeto ressurgiu quando a SK Engineering & Construction, outra empresa coreana, e a Korean Western Power Company (KWPC) assinaram um memorando de entendimento com o governo do Laos, em 2006, para retomar o projeto. Em 2011, o governo solicitou ajuda financeira ao fundo de cooperação coreano EDCF. O MOSF e seu equivalente laosiano assinaram um acordo pouco depois. (4)

Além do investimento da Coreia do Sul, o banco Ayudhya Public Company, da Tailândia, também financiou esse empreendimento conjunto. Atualmente, o banco está sob o guarda-chuva do Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), do Japão. Além disso, o Government Pension Investment Fund (GPIF) do Japão, possui ações no valor de cerca de um bilhão e meio de ienes (cerca de 14 milhões de dólares) do Banco Krungthai, outro financiador tailandês do empreendimento, bem como créditos no valor de mais de 6 bilhões de ienes (cerca de 59 milhões de dólares) do Export-Import Bank of Korea, que financia o Lao Holding State Enterprise (LHSE), o qual criou o empreendimento conjunto. (5)

O consórcio anunciou que a usina hidrelétrica, com capacidade para gerar 410 MW de energia após a conclusão, renderia grandes lucros nos próximos 27 anos, exportando seus produtos para a empresa de energia tailandesa Ratchaburi Electricity Generating Holding. No entanto, os anúncios evitam mencionar que os povos indígenas foram forçados, mais uma vez, a abandonar seus meios de subsistência, assim como os muitos riscos sociais e ambientais que essas represas representam.

Os impactos silenciados

O povo indígena Nyaheun, que vivia na área a ser inundada pela barragem de Xe-Pian Xe-Namnoy, era autossuficiente, colhendo arroz em suas terras enquanto as florestas e o rio próximos também forneciam comida e água.

Logo após a assinatura do contrato da usina, eles foram forçados a migrar para a região montanhosa, abandonando o sustento que obtinham da pesca havia gerações e sendo obrigados a colher café. A região montanhosa, no entanto, era o lar de outro grupo étnico nativo, conhecido como os Jhru. Os Jhru e os Nyaheun tinham conflitos históricos entre si. A migração dos Nyaheun à área dos Jhru causou redução da água potável disponível e danos à fertilidade do solo local, o que resultou em colheitas menores e na necessidade de usar fertilizantes. A migração comprometeu drasticamente a qualidade de vida dos dois grupos. (6)

Quando o projeto da Dong-A E&C fracassou, há duas décadas, os Nyaheun começaram a voltar a suas aldeias natais, mas, quando a construção recomeçou, eles foram forçados a sair novamente.

Além disso, no momento em que este relatório era escrito, os povoados cambojanos em torno do Baixo Mekong, por exemplo, já vivenciavam mudanças abruptas em volume de água, diminuições e alterações rápidas nas quantidades e espécies de peixes disponíveis para a pesca, além de mudanças profundas em seu modo de vida (incluindo as alterações necessárias nas estruturas das casas em resposta a mudanças repentinas nos volumes de água). Esses moradores vêm experimentando essas mudanças muito rápidas na última década, desde que a construção da represa foi iniciada com força total. Ainda mais preocupante é o fato de que essas mudanças ambientais prejudicam cada vez mais a soberania alimentar.

“Um desastre, mas não um desastre natural” (7)

Apesar de estar em construção, em 23 de Julho, a parte superior de uma represa auxiliar instalada em um dos reservatórios do projeto da hidrelétrica de Xe-Pian Xe-Namnoy se rompeu, liberando uma enorme quantidade de água. Como resultado, seis povoados localizados a jusante foram cobertos pela água e 13 outros foram afetados por graves inundações. Como a construção dessa barragem estava abaixo de um afluente transfronteiriço do rio Mekong, o imenso fluxo de água também chegou ao Camboja, com danos às comunidades na província de Stung Treng. (8) A

tragédia causou a morte de mais de 30 pessoas, centenas de desaparecidas e uma perda incalculável de lares e meios de subsistência.

Após o rompimento da barragem, o governo do Laos anunciou que as novas hidrelétricas propostas seriam suspensas, aguardando uma revisão das estruturas de todas as usinas existentes. No entanto, no dia seguinte a esse anúncio, iniciou o processo de consulta prévia sobre um novo e altamente controverso projeto no curso principal do Mekong – a hidrelétrica de Pak Lay. (9)

Resumindo, a controvérsia e os desastres ambientais e sociais são inerentes às mega-hidrelétricas. Então, por que os planos de construção de barragem no Mekong e em outros lugares continuam, apesar dos apelos urgentes para impedir seus impactos negativos?

Artigo baseado em informações de:

- (1) Mekong Eye, *Laos expects to have 100 hydropower plants by 2020*. Julho de 2017, <https://www.mekongeye.com/2017/07/12/laos-expects-to-have-100-hydropower-plants-by-2020/>
- (2) Green W. e Baird, I (2016) *Capitalizing on Compensation: Hydropower resettlement and the commodification and de-commodification of nature-society relations in Southern Laos*, Anais da American Association of Geographers.
- (3) International Rivers, *Power Surge: The Impacts of Rapid Dam Development in Laos*, 2008, <https://www.internationalrivers.org/resources/power-surge-the-impacts-of-rapid-dam-development-in-laos-3964>
- (4) South Korean presence on the Mekong hydropower development market: current status and issues, Lee Kangjun (Diretor do Energy and Climate Policy Institute)
- (5) Mekong Watch, *Grave damage caused by dam collapse in southern Laos*. Julho de 2018, <https://savethemekong.net/2018/08/06/mekong-watch-statement-grave-damage-caused-by-dam-collapse/>
- (6) Idem (4).
- (7) Declaração da Mekong Watch, <https://www.internationalrivers.org/resources/save-the-mekong-statement-on-the-collapse-of-the-xe-pian-xe-nam-noy-hydropower-project>
- (8) Idem 5.
- (9) https://www.newdelhitimes.com/water-experts-question-world-banks-role-in-laos-dam/?fbclid=IwAR1sgGgKkP_kAyRrEtXeVJKi_8F5kGuuPyl7qA9CX5l_fFZ9LiLioFsO5WE

ALERTAS DE AÇÃO

Novo passo rumo a um Tratado Vinculante sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos

De 15 a 19 de outubro, realizou-se em Genebra a quarta sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Composição Aberta (OEIGWG, na sigla em inglês) do Conselho de Direitos Humanos da ONU. As violações dos direitos humanos e dos direitos dos povos e da natureza são inerentes às operações das empresas transnacionais. No entanto, não existe um instrumento vinculante em nível internacional que as obrigue a respeitar os direitos humanos. Por essa razão, esse Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de desenvolver um instrumento internacional juridicamente vinculante para regulamentar as atividades das transnacionais e outras com relação à violação dos direitos humanos.

A Campanha Global para exigir a soberania dos povos, dismantelar o poder das transnacionais e pôr fim à sua impunidade (Campanha Global), uma rede internacional composta por centenas de organizações e movimentos sociais, participou ativamente dessa quarta sessão. Desde o início do processo, a Campanha Global está comprometida não apenas com a criação do mandato do Grupo de Trabalho para que este elabore um tratado vinculante com respeito às ETNs e seu

acompanhamento, mas também com a elaboração de um projeto de Tratado que foi apresentado a esse grupo no ano passado, como forma de contribuir para a construção do Tratado definitivo sobre as transnacionais e os direitos humanos em da ONU.

Veja <https://www.stopcorporateimpunity.org/tratado-vinculante-proceso-en-la-onu/?lang=es>

Compartilhamos aqui a Declaração da Campanha Global para o encerramento dessa quarta sessão do Grupo de Trabalho, onde se destacam alguns elementos centrais para elaborar um instrumento eficaz e útil que permita às pessoas e comunidades afetadas terem acesso à justiça: <https://www.stopcorporateimpunity.org/declaracion-de-la-campana-global-para-la-clausura-de-la-cuarta-sesion-del-oeiwg-sobre-empresas-transnacionales-y-otras-empresas-con-respecto-a-los-derechos-humanos/?lang=es>

Justiça ordena que a empresa chilena Arauco devolva terra à comunidade Mapuche

Em 28 de setembro, a justiça do Chile decidiu em favor da comunidade de Ignacio Huilipán, localizada na comuna de Contulmo, região de Bio Bio, forçando a empresa Forestal Arauco (ex-Forestal Celco SA) a lhe restituir 97 hectares de terra que invadiu décadas atrás para expandir suas monoculturas de árvores. O tribunal acusou a Arauco de ter usado de má fé para tentar provar a propriedade da terra e reconheceu o “Título de Merced”* de 1904 que a comunidade reivindicava. Ver: <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2018/10/02/fallo-historico-justicia-restituye-a-comunidad-indigena-tierras-de-forestal-del-grupo-angelini.shtml>

A Forestal Arauco não se pronunciou com relação à usurpação de terras, apenas entrou com um recurso questionando a ordem que decreta o pagamento dos custos do processo e a consequente demanda por indenização pelos impactos causados à comunidade ao longo das últimas décadas. Veja: <http://olca.cl/articulo/nota.php?id=107490>

(*) Títulos de propriedade entregues pelo Estado às comunidades mapuche entre 1884 e 1929.

Carta do Coletivo de Mulheres afetadas pela monocultura do dendê do Gabão à FAO

No marco do 21 de setembro, Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, durante uma reunião no povoado de Fera, no Gabão, as mulheres afetadas pelas plantações de dendezeiros da OLAM decidiram enviar uma carta à FAO denunciando os impactos que estão sofrendo.

O Coletivo de Mulheres afetadas pela monocultura do dendê alerta sobre os impactos dessas plantações sobre a segurança alimentar e a produção de alimentos. As mulheres criticam a política da FAO de apoio à expansão das monoculturas industriais de dendê, pois ela afeta gravemente a segurança alimentar e, portanto, está em clara contradição com a missão da organização: combater a fome no mundo. Além disso, em sua carta, as mulheres relatam que a destruição de florestas causada pelas plantações industriais de dendê afeta de forma especial às mulheres e seu conhecimento tradicional sobre os múltiplos usos das florestas.

Leia a carta completa aqui: <https://wrm.org.uy/fr/files/2018/10/Lettre-des-femmes-%C3%A0-la-FAO.pdf>

Assine a declaração: “RSPO: fracasso na eliminação da violência e da destruição do setor industrial de óleo de dendê”

A Amigos da Terra Internacional e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais lançaram uma declaração internacional denunciando a Mesa Redonda de Óleo de Dendê Sustentável.

A Declaração, que estamos convidando as organizações a assinar, denuncia a RSPO como uma ferramenta de mercado usada pela indústria do dendê para continuar se expandindo e fazendo

lavagem verde na destruição causada por empresas e nos abusos aos direitos humanos no setor de dendê.

A RSPO realizará sua conferência anual na Malásia, de 12 a 15 de novembro. Convidamos organizações de todo o mundo a assinar a declaração até 9 de novembro de 2018.

Se sua organização deseja apoiar, assine aqui: <https://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/assine-a-declaracao-rspo-14-anos-de-fracasso-em-eliminar-a-violencia-e-a-destruicao-da-industria-de-oleo-de-dende/>

entenas

RECOMENDADOS

Novo documentário: “A exploração das florestas primárias: um selo ecológico pode parar a indústria florestal?”

Um novo documentário, produzido pelo canal europeu Arte, mostra o que é, na prática, a certificação FSC de florestas e plantações industriais de árvores, e se ela protege as florestas e os direitos de povos indígenas e comunidades locais. Mais uma vez, os resultados são devastadores para o FSC. O documentário conclui que, nos últimos 25 anos de existência, o selo FSC foi incapaz de sequer diminuir o ritmo da indústria florestal e conclui que “só conseguiremos salvar a floresta com legislação, não com selos”. O documentário está disponível em francês, espanhol e alemão. O FSC Watch, o site que fornece informações sobre as falhas da certificação FSC, apresentou mais informações sobre os mesmos casos de países destacados no filme. Recomendamos muito. O documentário e os artigos podem ser acessados [aqui](#).

Mais próximos de uma declaração da ONU em defesa dos direitos de camponeses e camponesas

Em setembro passado, e após mais de 17 anos de uma árdua luta liderada pela Via Campesina e com o apoio de várias organizações, camponeses, camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais ficaram a um passo de obter uma Declaração da ONU que poderia defender e proteger seus direitos a terra, sementes, biodiversidade, mercados locais e muito mais. Os Estados-membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU adotaram uma resolução acerca da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais.

Espera-se agora que, em novembro deste ano, a Declaração possa ser votada e aprovada por todos os Estados-membros da ONU. Uma vez aprovada, a Declaração se tornará uma ferramenta poderosa para camponeses, camponesas e pessoas que trabalham em áreas rurais reivindicarem justiça e políticas nacionais favoráveis em termos de alimentação, agricultura, sementes e terra, levando em conta os interesses de milhões de produtores rurais de alimentos, sem distinção de gênero ou idade.

Leia mais em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-el-consejo-de-derechos-humanos-de-las-naciones-unidas-aprueba-la-resolucion-relativa-a-la-declaracion-sobre-los-derechos-de-las-y-los-campesinx-en-ginebra/>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 240 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Territórios ameaçados: resistindo à investida extrativista"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

Assine o Boletim do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Carolina Motoki y Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 2605 6943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>